

**DISSERTAÇÕES  
DO PPGD/FUMEC**

# LINHA DE PESQUISA: AUTONOMIA PRIVADA, REGULAÇÃO E ESTRATÉGIA

A necessidade crescente de promoção do desenvolvimento econômico sustentável, contraposta com a significativa regulação da atividade econômica, com a crescente intervenção do Estado nos negócios e com a excessiva judicialização dos fenômenos jurídicos, são questões relevantes, contemporâneas e integram a base de diversos problemas científicos e práticos que envolvem as abordagens das tensões entre autonomia privada, regulação e estratégia.

Essa situação exige que o Direito seja reconhecido não apenas como ciência e instrumento legítimo de solução de conflitos, mas como elemento fundamental de estruturação dos objetivos das pessoas (naturais e jurídicas) e das organizações (privadas e públicas), para que estas realizem os seus objetivos estratégicos com o menor custo e com a maior eficiência possível, respeitados os limites normativos, filosóficos e éticos decorrentes do Estado Democrático de Direito.

Nesse contexto, é fundamental o desenvolvimento de ideias inovadoras no âmbito da ciência do Direito, bem como a análise, a reflexão e a crítica propositiva de questões estruturantes, tais como, dentre outras: os limites da intervenção estatal na atividade econômica e na autonomia privadas; a normatividade contemporânea e a estruturação lícita dos negócios e dos mercados globalizados; a liberdade de contratar; a interpretação finalística e contemporânea dos institutos clássicos do direito privado; o confronto entre a autonomia privada e o interesse público; a dicotomia entre a propriedade privada e a função social da empresa; as relações entre as empresas, o Estado e as organizações do terceiro setor; a composição de interesses privados e públicos nos mercados; a ineficiência dos instrumentos de controle da atividade econômica; as parcerias entre o público e o privado; as relações entre os modelos de negócios, o planejamento empresarial, a gestão estratégica das organizações e a eficiência dos planejamentos jurídicos (tributários, societários, contratuais, trabalhistas etc); o uso de estruturas jurídicas tipicamente privadas para organização da atividade estatal; a dominação de mercados e a livre concorrência; as combinações de negócios, fusões e aquisições; a liberdade de agir, de pensar, de informar e de ser informado, de empreender.

Data de Início: 01/09/2014

<http://ppg.fumec.br/direito/linhas-de-pesquisa/>

# ASPECTOS PRIVADOS DA USUCAPIÃO DE BENS PÚBLICOS DOMINICAIS NA PERSPETIVA DA CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA

CAMILA SOARES GONÇALVES

GONÇALVES, Camila Soares. **Aspectos privados da usucapião de bens públicos dominicais na perspectiva da constituição econômica.** 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 26 de setembro de 2020.  
Sala virtual na plataforma digital "zoom".  
Orientador: Prof. Dr. Paulo Márcio Reis Santos

## RESUMO

O presente estudo visa analisar os aspectos privados da usucapião de bens públicos dominicais, sob a perspectiva da Constituição Econômica, com intuito de flexibilizar a atual vedação no texto constitucional e infraconstitucional. Considerando o fato de que os bens dominicais são apenas formalmente públicos, não cumprindo com o princípio da função social da propriedade, podendo inclusive serem alienados, em razão da desafetação, torna-se plenamente viável a aquisição dos mesmos pela usucapião. Será analisada a vedação constitucional da usucapião de bens públicos, distinguindo os tipos de bens públicos e aprofundando-se apenas nos bens dominicais; e abordados os princípios da dignidade da pessoa humana, função social da posse e da propriedade, supremacia do interesse público e ordem econômica constitucional para, ao final, demonstrar que a proibição da usucapião de bens públicos dominicais é um retrocesso e, por isso, deve ser relativizada, proporcionando a efetivação do direito à moradia e da justiça distributiva. Para tanto, utilizar-se-á de pesquisa bibliográfica, por intermédio do método dedutivo, com marco teórico na própria Constituição Econômica.

**Palavras-chave:** Usucapião. bens públicos dominicais. Constituição Econômica. Função social da propriedade. direito à moradia.

## ABSTRACT

*The present study aims to analyze the private aspects of the adverse possession of public dominical property, under the perspective of the Economic Constitution, in order to loosen the current prohibition in the constitutional and infraconstitutional text. Considering the fact that dominical property are only formally public, not fulfilling the principle of the social role of property, and may even be alienated, due to disaffection, it becomes fully viable to acquire them by adverse possession. It will be analyzed the constitutional prohibition of adverse possession of public property, distinguishing the types of public property and delving only into dominical assets; and addressing the principles of human dignity, social role of possession and property, supremacy of the public interest and constitutional economic order to, in the end, demonstrate that the ban on the adverse possession of public property is a setback and, therefore, must be relativized, providing the realization of the right to housing and distributive justice. For this purpose, bibliographic research will be used, through the deductive method, with a theoretical framework in the Economic Constitution itself.*

**Keywords:** Adverse possession. Public dominical property. Economic Constitution. Social function of ownership. Right to housing.

# TERCEIRIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA LEITURA DOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA IMPESSOALIDADE NO USO DA LEI 13.429/2017 NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DANILO FELÍCIO GONÇALVES FERREIRA

FERREIRA, Danilo Felício Gonçalves. **Terceirização e suas implicações na Administração Pública**: Uma leitura dos princípios da legalidade e da impessoalidade no uso da Lei 13.429/2017 na Administração Pública 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 28 de setembro de 2020.

Sala virtual na plataforma digital "zoom".

Orientador: Profa. Dra. Luciana Diniz Durães Pereira

## RESUMO

A terceirização de mão de obra e de serviços é uma tendência mundial que começou na iniciativa privada brasileira e passou também a ser utilizada pela Administração Pública. É uma ferramenta de gestão a fim de atingir o interesse público, materializada por meio de contrato firmado entre entes e pessoas jurídicas de direito privado, que possibilita redução de custos e especialização na prestação dos serviços ou fornecimento de bens, além de permitir que o contratante concentre em suas atividades principais, tornando-se mais competitivo. Assim como na iniciativa privada, a administração pública tenta a diminuição do aparelhamento estatal, usando parcerias, a privatização, a desestatização e outras formas; todas elas voltadas a esse objetivo. A Administração Pública tem utilizado o instrumento de terceirização de serviços públicos, especialmente para atividades secundárias, como funções de apoio, no caso dos serviços de limpeza, vigilância e atendimento, embora por meio de outros instrumentos, vem delegando a particulares a prestação de serviços que a princípio seriam de suas atividades-fim, fato bastante discutido na doutrina, principalmente após aprovação da lei 13.429 de 2017. Através da terceirização do serviço, o contratante passa ao terceiro contratado a responsabilidade sobre as atividades para assim poder se concentrar no melhor desempenho e ainda cobrar do terceirizado a qualidade e a eficiência no serviço contratado. Mas se não cobrar a qualidade dos serviços através de uma boa gestão perde o custo/benefício. Pare isto, surgiu a inserção de alguns institutos no ordenamento jurídico acolhidos tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência, para regular a intervenção estatal no controle econômico; a delegação dos serviços públicos, acordos de colaboração com o setor privado, como os contratos de prestações de serviços onde está inserido a terceirização. O presente trabalho pretende fazer uma análise reflexiva sobre o processo de terceirização na Administração Pública, sob uma perspectiva jurídico-administrativa. Para tanto, valse de metodologia de cunho crítico-dialética a partir da análise das normas específicas, entre elas as decorrentes da Nova Lei n. 13.429/2017.

**Palavras-chave:** Administração Pública. Terceirização. Princípios. Regras. Legalidade. Impessoalidade

## ABSTRACT

---

*The outsourcing of labor and services is a worldwide trend that started in the Brazilian private sector and has also started to be used by the Public Administration. It is a management tool in order to achieve the public interest, materialized through a contract signed between entities and legal entities under private law, which allows for cost reduction and specialization in the provision of services or supply of goods, in addition to allowing the contractor focus on your core activities, becoming more competitive. As in the private sector, the public administration tries to reduce the state equipment, using partnerships, privatization, privatization and other forms; all of them focused on that goal. The Public Administration has used the instrument of outsourcing public services, especially for secondary activities, such as support functions, in the case of cleaning, surveillance and attendance services, although through other instruments, it has been delegating the provision of services to private individuals. at first they would be of its core activities, a fact widely discussed in the doctrine, mainly after the approval of law 13.429 of 2017. Through outsourcing the service, the contractor passes to the contracted third party the responsibility for the activities in order to be able to concentrate on the best performance and still charge the contractor for quality and efficiency in the contracted service. But if you don't charge for the quality of services through good management, you lose the cost / benefit. Stop this, there was the insertion of some institutes in the legal system accepted by both doctrine and jurisprudence, to regulate state intervention in economic control; the delegation of public services, collaboration agreements with the private sector, such as service provision contracts where outsourcing is inserted. The present work intends to make a reflexive analysis about the outsourcing process in Public Administration, from a legal-administrative perspective. For that, it uses a critical-dialectical methodology based on the analysis of specific norms, including those resulting from New Law n. 13,429 / 2017.*

**Keywords:** Public Administration. Outsourcing. Principles. Rules. Legality. Impersonality.

# PLATAFORMAS DIGITAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO DO CONSUMIDOR

PAULO EDUARDO DINIZ RICALDONI LOPES

LOPES, Paulo Eduardo Diniz Ricaldoni. **Plataformas digitais de resolução de conflitos no direito do consumidor**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 02 de outubro de 2020.

Sala virtual na plataforma digital "zoom".

Orientador: Prof. Dr. Daniel Firmato Almeida Glória

## RESUMO

O preâmbulo da Constituição da República de 1988 institui o Estado Democrático de Direito fundado na solução pacífica das controvérsias e o artigo 3º, parágrafo 3º do Código de Processo Civil de 2015 determina que os operadores do direito devem estimular a autocomposição, porém, o acervo processual nos tribunais brasileiros demonstra a tendência litigiosa da população. Diante desta realidade, o tempo médio necessário para se obter a solução integral da lide tende a ser de alguns anos, acarretando a insatisfação da população e na inefetividade do princípio do acesso à justiça. Esta pesquisa possui como objetivo analisar a falta de efetividade da prestação jurisdicional devido ao elevado montante de feitos em tramitação e propor a utilização de métodos adequados de solução de conflitos autocompositivos (negociação, mediação e conciliação) para assegurar o princípio do acesso à justiça, a redução do acervo judicial e a possibilidade de se resolver a celeuma em menor tempo e de maneira satisfatória. Especificamente, terá como foco o Direito do Consumidor, no qual a maioria das ações são de competência dos juizados especiais, logo, por serem orientadas pela economia processual e busca pela conciliação ou transação, se adequa perfeitamente para a utilização desses métodos, especialmente por meio de plataformas digitais. Por fim, para comprovar a hipótese dos benefícios que a autocomposição extrajudicial possibilitará aos cidadãos e ao Estado, foram estudadas três plataformas digitais de resolução de conflitos que atuam no Direito do Consumidor. Para tanto, foi utilizado o método hipotético-dedutivo, por meio de uma pesquisa bibliográfica em livros, dissertações, teses, vídeos, revistas, sites, legislações, jurisprudência, dentre outros, tendo como marco teórico a Constituição da República de 1988 e o Código de Processo Civil de 2015 para compreender como a sociedade e o Estado se portam diante dos conflitos e, com base em uma análise de dados, avaliar a quantidade de processos em tramitação no país.

**Palavras-chave:** Acesso à justiça. Direito do Consumidor. Métodos adequados de solução de conflitos. Plataformas digitais de resolução de conflitos. Sociedade de consumo.

## ABSTRACT

*The Constitution of the Republic of 1988 preamble establishes the Democratic State of Law based on the peaceful settlement of disputes and the article 3º, paragraph 3º of the 2015 Code of Civil Procedure determines that the law operators must encourage self-composition, however, the judicial assets in Brazilian courts demonstrate the litigious trend of the population. In this reality, the average time required to obtain a complete solution to the dispute tends to be of some years, resulting in the dissatisfaction of the population and ineffectiveness of the principle of access to justice. This research aims to analyze the lack of effectiveness of the jurisdictional provision due to the high amount of law suits in process and propose the use of self-*

-composed alternative dispute resolution (negotiation, mediation and conciliation) to ensure the principle of access to justice, the reduction of the judicial assets and the possibility of resolving the deal in less time and in a satisfactory manner. Specifically, it will focus on Consumer Law, which most of the actions will be of the special courts jurisdiction, therefore, as they are guided by procedural economics and search for conciliation or transaction, it is perfectly suited for these methods, especially through digital platforms. Finally, in order to prove the hypothesis of the benefits that extrajudicial selfcomposition will be enabled to citizens and the State, three digital conflict resolution platforms that operate in Consumer Law were studied. For the paper, the hypotheticaldeductive method was used, through a bibliographic search in books, dissertations, theses, videos, magazines, websites, laws, jurisprudence, among others, having as theoretical framework the Constitution of the Republic of 1988 and the Code Civil Procedure 2015 to understand how society and the State behave in the face of conflicts and, based on a data analysis, analyze the number of processes in progress in the country.

**Keywords:** Access to justice. Consumer law. Alternative dispute resolution. Digital conflict resolution platforms. Consumer society.

# ASPECTOS POLÊMICOS NA ESTEIRA DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA GUARDA COMPARTILHADA NO BRASIL

CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. **Aspectos polêmicos na esteira da evolução histórica da guarda compartilhada no Brasil**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 09 de outubro de 2020.  
Sala virtual na plataforma digital "zoom".  
Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta

## RESUMO

A guarda compartilhada foi uma inovação trazida no ordenamento jurídico com a Lei n. 11.698/2008. O instituto vem sendo largamente utilizado e até hoje suscita dúvidas e questionamentos na comunidade jurídica. Em vista disso, o presente trabalho objetiva fazer um estudo dos atuais desafios da guarda compartilhada e apresentar argumentos favoráveis à autonomia do Direito das famílias, diante de suas especificidades. Para se chegar às conclusões desse trabalho primeiramente foi elaborado um capítulo introdutório para tratar sobre a família, abordando sua evolução e também as modificações legislativas que ocorreram ao passar dos anos, com o desenvolvimento da sociedade. Após isso, o capítulo seguinte foi dedicado ao tratamento dos tipos de guarda admitidos no ordenamento jurídico brasileiro, além de um breve histórico do surgimento da guarda compartilhada no mundo e o tratamento legislativo da alienação parental no Brasil. Posteriormente tem-se um capítulo voltado a apresentar o Direito das Famílias como um ramo interdisciplinar e com muitas peculiaridade, em vista disto, apresentam-se argumentos favoráveis à sua autonomia legislativa, através de um Estatuto das famílias. Nesse capítulo também é abordado sobre as constelações familiares de Bert Hellinger e sua utilização pelo Judiciário brasileiro. Por fim, o último capítulo é dedicado ao tratamento prático da guarda compartilhada, passando por seus aspectos positivos e negativos e as problematizações que ainda persistem na doutrina e jurisprudência. O método de pesquisa aqui adotado foi o dedutivo através da pesquisa bibliográfica de obras, artigos, dissertações e teses específicos sobre guarda compartilhada e também a pesquisa em obras de Direito de Família. Como principal marcos teóricos adotados por esse trabalho pode ser citado os juristas Nelson Rosendal, Cristiano Chaves de Farias, Maria Berenice Dias e Luiz Edson Fachin. Preliminarmente se conclui que o Direito das Famílias frente às suas especificidades deve merecer tratamento legislativo próprio, separado do Código Civil e a Guarda compartilhada encontra-se em constante estudo e avanço, frente às novas situações que são apresentadas nesse trabalho.

**Palavras chave:** Guarda compartilhada. Relações familiares. Direitos do menor. Autonomia Direito das famílias. Visão interdisciplinar da guarda.

## ABSTRACT

*Shared custody was an innovation brought in the legal system with Law n. 11.698/2008. The institute has been widely used and still raises doubts and questions in the legal community. In view of this, the present*



*work aims to study the current challenges of shared custody and present arguments in favor of the autonomy of family law, in view of its specificities. To arrive at the conclusions of this work, an introductory chapter was elaborated to deal with the family, addressing its evolution and also the legislative changes that occurred over the years, with the development of society. After that, the next chapter was dedicated to the treatment of types of custody admitted in the Brazilian legal system, in addition to a brief history of the emergence of shared custody in the world and the legislative treatment of parental alienation in Brazil. Subsequently, there is a chapter aimed at presenting Family Law as an interdisciplinary branch and with many peculiarities, in view of this, arguments are presented in favor of its legislative autonomy, through a Statute of families. This chapter also discusses Bert Hellinger's family constellations and their use by the Brazilian judiciary. Finally, the last chapter is dedicated to the practical treatment of shared custody, going through its positive and negative aspects and the problematizations that still persist in doctrine and jurisprudence. The research method adopted here was the deductive one through the bibliographic research of works, articles, dissertations and specific theses about shared custody and also the research in works of Family Law. The main theoretical frameworks adopted by this work can be mentioned by lawyers Nelson Rosendal, Cristiano Chaves de Farias, Maria Berenice Dias and Luiz Edson Fachi. It is preliminarily concluded that Family Law in view of its specificities must merit its own legislative treatment, separate from the Civil Code and the shared Guard is in constant study and progress, in view of the new situations that are presented in this work.*

**Keywords:** Shared custody. Family relationships. Children's rights. Autonomy Family law. Interdisciplinary view of the guard.

# A GESTÃO DO RISCO JURÍDICO CORPORATIVO COMO ESTRATÉGIA PARA A SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: APLICABILIDADE DAS NORMAS ISO 31000 E ISO 31022

LUCIANA PROCÓPIO BUENO

BUENO, Luciana Procópio. **A gestão do risco jurídico corporativo como estratégia para a sustentabilidade empresarial: aplicabilidade das normas ISO 31000 e ISO 31022.** 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 19 de novembro de 2020.

Sala virtual na plataforma digital "zoom".

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Andrade Gabrich

## RESUMO

As empresas ocupam na atualidade relevante papel no cenário econômico, social e político brasileiro pelo fato de proporcionarem desenvolvimento e progresso ao proverem, direta ou indiretamente, a subsistência de parte significativa da população. Ao produzir e circular bens e serviços, as organizações são também responsáveis por expressivo montante das receitas fiscais do Estado e pelo impulsionamento do avanço tecnológico e de inovação, tornando-se o centro da economia contemporânea. Em razão de sua óbvia função social, a sustentabilidade empresarial constitui objeto de interesse de toda a coletividade. As normas jurídicas regulam parte significativa das relações e negócios, de tal modo que as empresas ficam expostas a diferentes tipos de riscos jurídicos, especialmente em razão da relação com um grande número de partes interessadas (*stakeholders*), como clientes, fornecedores, parceiros de negócios, Estado e sociedade, além das particularidades de cada organização e seu segmento mercadológico. Compreendida a partir de um conceito sistêmico de sobrevivência da empresa, a sustentabilidade empresarial exige o pensamento crítico acerca da relevância estratégica das empresas, bem como da criticidade do risco representado pela progressiva judicialização (especialmente nas empresas). Isso afeta diretamente a competitividade, a flexibilidade do mercado de trabalho e os custos de produção, ao comprometer parte do faturamento e do lucro com o pagamento ou com o provisionamento para fazer frente aos processos judiciais de custos elevados. Sob essa perspectiva, esta pesquisa busca estabelecer resposta para o problema da necessidade da adoção de estratégias eficazes para a gestão dos riscos jurídicos corporativos que proporcionem alternativas para o negócio e a criação de valor para as partes interessadas. A partir da análise de como esse risco jurídico corporativo pode ser identificado, mensurado, controlado, mitigado e, quando possível, eliminado, além do reconhecimento de oportunidades para a sua exploração ou maximização, permite-se a gestão estratégica dos riscos e o estabelecimento de vantagens competitivas no âmbito empresarial. Para este estudo adotou-se o método científico dedutivo, desenvolvido com base nos referenciais teóricos de

Zygmunt Bauman, Ulrich Beck, Anthony Giddens, Alfred Marshall, Joseph Schumpeter, Aswath Damodaran, Michael Porter, Cássio Machado Cavalli, Fabio Konder Comparato e Frederico Gabrich.

**Palavras-chave:** Risco Jurídico Corporativo. Gestão Estratégica. Sustentabilidade Empresarial. ISO 31000. ISO 31022.

## ABSTRACT

---

*Companies currently occupy a relevant role in the Brazilian economic, social and political scenario because they provide development and progress by providing, directly or indirectly, the subsistence of a significant part of their population. When producing and circulating goods and services, organizations are also responsible for a significant amount of the State's tax revenues and for boosting technological advances and innovation, becoming the center of the contemporary economy. Due to its obvious social function, corporate sustainability is an object of interest to the entire community. Legal rules regulate a significant part of relationships and businesses, in such a way that companies are exposed to different types of legal risks, especially due to the relationship with a large number of stakeholders, such as customers, suppliers, business partners. , State and society, in addition to the particularities of each organization and its market segment. Understood from a systemic concept of company survival, corporate sustainability requires critical thinking about the strategic relevance of companies, as well as the criticality of the risk represented by the progressive judicialization (especially in companies). This directly affects competitiveness, flexibility of the labor market and production costs, by committing part of the billing and profit to payment or provisioning to face high cost lawsuits. From this perspective, this research seeks to establish an answer to the problem of the need to adopt effective strategies for the management of corporate legal risks that provide alternatives for the business and the creation of value for the interested parties. Based on the analysis of how this corporate legal risk can be identified, measured, controlled, mitigated and, when possible, eliminated, in addition to the recognition of opportunities for its exploitation or maximization, strategic risk management and the establishment of competitive advantages in the business environment. For this study, the deductive scientific method was adopted, developed based on the theoretical references of Zygmunt Bauman, Ulrich Beck, Anthony Giddens, Alfred Marshall, Joseph Schumpeter, Aswath Damodaran, Michael Porter, Cássio Machado Cavalli, Fabio Konder Comparato and Frederico Gabrich.*

**Keywords:** Corporate Legal Risk. Strategic management. Corporate sustainability. ISO 31000. ISO 31022.

# A POSSIBILIDADE DE HERANÇA DIGITAL À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

VICTOR WERNECK GOMES

GOMES, Victor Werneck. **A possibilidade de herança digital à luz do ordenamento jurídico brasileiro**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 27 de novembro de 2020.  
Sala virtual na plataforma digital "zoom".  
Orientador: Prof. Dr. Paulo Márcio Reis Santos

## RESUMO

A legislação brasileira não acompanhou tantas novidades em possíveis inovações nas modalidades de interação na vida privada moderna. As últimas décadas brasileiras detêm por características mudanças nas relações pessoais, no qual cada vez mais as pessoas estão interligadas de forma digital, detendo basicamente toda a sua vida alocada em aparelhos digitais conectados na Internet. Não tendo regulação jurídica para a maioria das atividades dos indivíduos em ambiente virtual, conseqüentemente não se tem nenhuma regulação para os compartilhamentos de conteúdo na Internet, podendo ser estes textos, vídeos, fotos e outros, bem como não se tem nenhum tipo de previsão legislativa para os bens digitais adquiridos apenas na forma virtual na Internet. A justificativa e motivação deste trabalho consiste no fato que os bens digitais previstos no patrimônio do indivíduo, na falta de legislação e regulamentos, acabam por serem perdidos na sucessão. A hipótese central dessa pesquisa se enquadra em uma possibilidade de direcionar a transmissão dos bens digitais após a morte em uma espécie de herança, denominada herança digital. O objetivo geral consiste em definir como a herança digital ocorreria, analisando os bens digitais e suas características e quais os conflitos que podem ocorrer diante de outros direitos do ordenamento jurídico. Busca-se relacionar os direitos sucessórios e as previsões já existentes para se adequar aos bens digitais, averiguando se há possibilidade de uma herança digital e formas testamentárias para dispor de bens digitais. Se faz necessário investigar como os bens digitais protegidos pelos direitos da personalidade poderiam entrar em conflito com a herança, para por fim, buscar relacionar a realidade atual do tema no Brasil e propor se há necessidade de mudança nos direitos sucessórios previstos na legislação do Brasil. Trata-se de uma pesquisa em perspectiva interdisciplinar, adotando-se como raciocínio predominante, o dedutivo, tendo o trabalho se desenvolvendo a partir de uma pesquisa bibliográfica, sendo direcionada para as áreas do Direito Civil, Direito Digital e Direito Constitucional. Sobre a natureza dos dados, os dados primários tratam da pesquisa de leis, projetos de lei, doutrina e jurisprudência sendo fontes secundárias dados oficiais e estatísticos de órgãos e empresas nacionais ou internacionais, bem como a pesquisa de estudos brasileiros ou estrangeiros na área do Direito Civil, Direito Digital e Direito Constitucional ligados aos bens digitais e herança digital, sendo banco de teses e dissertações, além de periódicos.

**Palavras-chave:** Herança. Herança Digital. Bens Digitais. Direito Civil. Direito Digital.

**ABSTRACT**

*Brazilian legislation has not kept up with so many new developments in possible innovations in the modalities of interaction in modern private life. The last few decades in Brazil have been characterized by changes in personal relationships, in which more and more people are digitally interconnected, basically spending their entire life allocated on digital devices connected to the Internet. Having no legal regulation for most of the activities of individuals in a virtual environment, consequently there is no regulation for sharing content on the Internet, which can be these texts, videos, photos and others, as well as there is no type of legislative provision for digital goods acquired only in virtual form on the Internet. The justification and motivation of this work is the fact that the digital assets provided for in the individual's assets, in the absence of legislation and regulations, end up being lost in succession. The central hypothesis of this research fits into a possibility of directing the transmission of digital goods after death in a kind of inheritance, called digital inheritance. The general objective is to define how digital inheritance would occur, analyzing digital goods and their characteristics and what conflicts may occur in relation to other rights in the legal system. The aim is to relate the inheritance rights and the predictions already existing to adapt to digital assets, investigating whether there is a possibility of a digital inheritance and testamentary ways to dispose of digital assets. It is necessary to investigate how digital assets protected by personality rights could conflict with the inheritance, in order to finally seek to relate the current reality of the theme in Brazil and propose whether there is a need for change in rights successions provided for in Brazilian law. It is a research in an interdisciplinary perspective, adopting deductive as the predominant reasoning, with the work developing from a bibliographic research, being directed to the areas of Civil Law, Digital Law and Constitutional Law. Regarding the nature of the data, the primary data deals with the research of laws, bills, doctrine and jurisprudence, with secondary sources being official and statistical data from national and international bodies and companies, as well as the research of Brazilian or foreign studies in the area of Law. Civil, Digital Law and Constitutional Law linked to digital assets and digital heritage, being a bank of theses and dissertations, in addition to periodicals.*

**Keywords:** *Heritage. Digital inheritance. Digital goods. Civil right. Digital law.*

# CONTRATOS COLIGADOS, INADIMPLEMENTO E RESPONSABILIDADE CIVIL: UMA INVESTIGAÇÃO À LUZ DOS PRESSUPOSTOS DA AUTONOMIA PRIVADA E DA ANÁLISE ESTRATÉGICA DO DIREITO

FERNANDO DE SOUZA AMORIM

AMORIM, Fernando de Souza. **Contratos coligados, inadimplemento e responsabilidade civil: uma investigação à luz dos pressupostos da autonomia privada e da análise estratégica do direito**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 30 de novembro de 2020.

Sala virtual na plataforma digital "zoom".

Orientador: Prof. Dr. Paulo Márcio Reis Santos

## RESUMO

A presente pesquisa tem como tema a coligação contratual, instituto que se verifica quando há uma pluralidade de negócios jurídicos válidos e aptos a produzir efeitos e conexão entre eles, mas não necessariamente celebrados entre as mesmas partes. À luz dos pressupostos da autonomia privada e da Análise Estratégica do Direito, indaga-se, como problema de pesquisa, se na coligação contratual existe corresponsabilidade civil de um contratante – em princípio – alheio ao contrato inadimplido, mas integrante da rede de contratos coligados. Além disso, questiona se um contratado integrante de uma rede de coligação contratual responde civilmente por danos causados a outro contrato que não aquele do qual faz parte, em razão da incidência do princípio da boa-fé objetiva. Como hipótese, afirma-se que, em que pese os contratos que integram a rede serem autônomos do ponto de vista formal e se sujeitarem a regimes jurídicos específicos, o seu tratamento deve levar em conta a sua existência enquanto sistema. Assim, a incidência da boa-fé objetiva impõe aos contratantes coligados a limitação ao exercício de direitos subjetivos e a incidência de deveres anexos ou instrumentais de conduta em face da coligação enquanto sistema e não apenas aos pactos individualmente. O objetivo geral da pesquisa é demonstrar os efeitos jurídicos da coligação contratual, especialmente na possibilidade de reconhecer a corresponsabilidade civil dos contratantes que integram a rede de contratos em caso de inadimplemento e sob qual modalidade (contratual ou extracontratual), além de sua repercussão prática no mercado econômico à luz dos pressupostos da autonomia privada e da Análise Estratégica do Direito. A pesquisa adota, como referenciais teóricos, o conceito de contratos coligados proposto por Francisco Paulo de Crescenzo Marino, a noção de boa-fé objetiva proposta por Judith Martins-Costa, além do conceito de Análise Estratégica do Direito de Frederico de Andrade Gabrich. Quanto aos demais aspectos metodológicos, a pesquisa se desenvolve em vertente metodológica jurídico-dogmática, utilizando o raciocínio hipotético-dedutivo. Trata-se de pesquisa teórica e, no que tange ao tipo genérico, classifica-se como jurídico-compreensiva ou jurídico-interpretativa. No que concerne ao modo de análise das fontes, esta pesquisa se classifica como qualitativa e é interdisciplinar, conjugando conceitos de Direito Civil, Direito Constitucional, Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Análise Estratégica

do Direito. A pesquisa utiliza dados primários e secundários e, como procedimento metodológico e técnica de coleta de informações, o levantamento bibliográfico.

**Palavras-chave:** Contratos coligados. Responsabilidade civil. Boa-fé objetiva. Efeitos jurídicos. Inadimplemento. Análise Estratégica do Direito.

## ABSTRACT

*This research has as its theme the contractual coalition, an institute that is verified when there is a plurality of legal businesses that are valid and able to produce effects and connection between them but not concluded between the same parties. In the light of the assumptions of private autonomy and the Strategic Analysis of Law, it is asked, as a research problem, whether in the linked contracts there is civil co-responsibility of a contracting party unaware of the defaulted contract, but part of the network of related contracts. Also, it questions whether a contractor who is part of a contractual coalition network is liable for damages caused to a contract other than that of which he is a member, because of the incidence of the objective good faith principle. As a hypothesis, it is stated that, despite the contracts that make up the network being formally autonomous and subject to specific legal regimes, their treatment must consider their existence as a system. Thus, the incidence of the principle of objective good faith imposes on the related contractors the limitation to the exercise of subjective rights and the incidence of annexed or instrumental duties of conduct in the coalition's face as a system and not just the individual pacts. The general aim of the research is to demonstrate the legal effects of the linked contracts, especially in the possibility of recognizing the civil co-responsibility of the contractors that are part of the contract network in case of default and under what modality (contractual or non-contractual), besides its practical repercussion in the economic market in the light of the assumptions of private autonomy and the Strategic Analysis of Law. The research adopts, as theoretical references, the concept of related contracts proposed by Francisco Paulo de Crescenzo Marino, the notion of objective good faith proposed by Judith Martins-Costa, besides the concept of Strategic Analysis of Law by Frederico de Andrade Gabrich. As for the other methodological aspects, the research is developed in a legal-dogmatic methodological aspect, using hypothetical-deductive reasoning. This is theoretical research and, about the generic type, it is classified as legal-comprehensive or legal-interpretative. About the mode of analysis of the sources, this research is classified as qualitative and is interdisciplinary, combining concepts of Civil Law, Constitutional Law, Jurisprudence, Philosophy of Law, and Strategic Analysis of Law. The research uses primary and secondary data and, as a methodological procedure and technique for collecting information, the bibliographic survey.*

**Keywords:** Linked contracts. Tort law. Principle of objective good faith. Legal effects. Default. Strategic Analysis of Law.

# A (DES)PROTEÇÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE IMPEDIMENTOS MENTAIS E INTELLECTUAIS À LUZ DA ATUAL TEORIA DAS INCAPACIDADES E O CONTEXTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ELIANA GUIMARÃES PACHECO

PACHECO, Eliana Guimarães. **A (des)proteção das pessoas portadoras de impedimentos mentais e intelectuais à luz da atual teoria das incapacidades e o contexto do Estado de Minas Gerais**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 02 de dezembro de 2020.  
Sala virtual na plataforma digital "zoom".  
Orientador: Prof. Dr. Paulo Márcio Reis Santos

## RESUMO

A presente pesquisa tem como tema as alterações processadas na teoria das incapacidades realizada pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, que incorporou ao ordenamento jurídico brasileiro os preceitos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual o Brasil é signatário. Indaga-se, como problema de pesquisa, e diante dessas alterações, se se incorreu em um contexto de desproteção, agravado especialmente no Estado de Minas Gerais, considerando-se os dados estatísticos de indivíduos com impedimentos mentais e intelectuais. Como hipótese, afirma-se que, as alterações legislativas, reconhecendo a capacidade plena das pessoas com deficiência mental ou intelectual, sem balizamento de estudo aprofundado acerca das consequências, proporcionaram tratamento igual a pessoas essencialmente diferentes. O objetivo geral da pesquisa é o de investigar se, para os deficientes mentais e intelectuais, operou-se efetiva proteção em correspondência às especificidades de cada indivíduo, bem como compreender o alcance das liberdades negociais da pessoa com deficiência de ordem psíquica, e o papel de terceiros no exercício desses direitos. Como marco teórico, a pesquisa adota as críticas realizadas por Zeno Veloso, José Fernando Simão e Taisa Maria Macena de Lima, que enfatizam o descompasso entre o regramento atual da teoria das incapacidades e a complexidade dos portadores de impedimentos mentais e intelectuais. Quanto aos demais aspectos metodológicos, a pesquisa se insere em perspectiva jurídico-social, adotando como raciocínio predominante o hipotético-dedutivo. A pesquisa é bibliográfica e de natureza interdisciplinar, conjugando conceitos de Direito Civil, Teoria do Direito e Psiquiatria.

**Palavras-chave:** Estatuto da Pessoa com Deficiência. Impedimentos mentais e intelectuais. Teoria das incapacidades. Desproteção. Estado de Minas Gerais.



## ABSTRACT

---

The present research has as its theme the alterations processed in the theory of disabilities carried out by the Statute of Persons with Disabilities, which incorporated into the Brazilian legal system the precepts of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, to which Brazil is a signatory. It is asked, as a research problem, and because of these changes, whether it was incurred in lack of protection, especially aggravated in the State of Minas Gerais, considering the statistical data of individuals with mental and intellectual impairments. As a hypothesis, it is stated that the legislative changes, recognizing the full capacity of people with mental or intellectual disabilities, without a framework for in-depth study of the consequences, provided equal treatment to essentially different people. The general aim of the research is to investigate whether, for the mentally and intellectually disabled, effective protection was performed in correspondence to the specificities of each individual, and to understand the business freedoms of the person with a mental disability, and the role third parties in exercising those rights. As a theoretical framework, the research adopts the criticisms made by Zeno Veloso, José Fernando Simão, and Taisa Maria Macena de Lima, who emphasize the mismatch between the current rules of disability theory and the complexity of people with mental and intellectual impairments. As for the other methodological aspects, the research is inserted in a legal-social perspective, adopting the hypothetical-deductive reasoning as the predominant reasoning. The research is bibliographic and interdisciplinary, combining concepts from Civil Law, Theory of Law, and Psychiatry.

**Keywords:** Brazilian Statute of Persons with Disabilities. Mental and intellectual impediments. Theory of disabilities. Lack of protection. Minas Gerais state.

# O USO DA MÚSICA NO ENSINO TRANSDISCIPLINAR DO DIREITO: UMA ABORDAGEM DO DIREITO À EDUCAÇÃO

ROSELAINÉ ANDRADE TAVARES

TAVARES, Roselaine Andrade. **O uso da música no ensino transdisciplinar do direito: uma abordagem do direito à educação**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 11 de dezembro de 2020.

Sala virtual na plataforma digital "zoom".

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Andrade Gabrich

## RESUMO

O ensino do Direito precisa ser cada vez mais transdisciplinar e desenvolvido por meio de metodologias ativas. Isso decorre, inclusive, da Resolução n. 5/2018, do Ministério da Educação. Mas este ainda é um problema para muitos professores dos cursos de graduação em Direito, que não sabem como realmente usar as metodologias ativas, nem tampouco como ser transdisciplinares. A partir do método dedutivo e tendo como referencial teórico a obra da professora Mônica Sette Lopes, "Uma metáfora: música e Direito", o objetivo desta pesquisa é demonstrar a eficácia do método do uso da música para aprimorar a aprendizagem ativa e transdisciplinar do Direito nos cursos de graduação, a partir da análise do direito à educação, e comprovar que os requisitos dispostos na Resolução n. 5/2018 do MEC, especialmente o da transdisciplinaridade, podem ser atingidos ao se aplicar a música popular brasileira ao ensino do Direito uma vez que a música é uma boa opção didática, notadamente porque estimula habilidades que não seriam desenvolvidas a partir de metodologias exclusivamente instrutivistas de ensino.

**Palavras-chave:** Direito. Educação. Música. Transdisciplinaridade.

## ABSTRACT

*The teaching of Law needs to be increasingly transdisciplinary and developed through active methodologies. This is also due to Resolution no. 5/2018, from the Ministry of Education. But this is still a problem for many professors in law courses, who do not know how to really use active methodologies, nor how to be transdisciplinary. Based on the deductive method and based on the work of professor Mônica Sette Lopes, "Uma metáfora: música e direito", the objective of this research is to demonstrate the effectiveness of the method of using music to improve the active and transdisciplinary learning of Law in undergraduate courses, from the analysis of the right to education, and prove that the requirements set out in Resolution no. 5/2018 of MEC, especially that of transdisciplinarity, can be achieved by applying Brazilian popular music to the teaching of law since music is a good didactic option, notably because it stimulates skills that would not be developed from exclusively instructive methodologies education.*

**Keywords:** Law. Education. Music. Transdisciplinarity.

# A HOMOLOGAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL COMO PROPOSTA PARA DESBUROCRATIZAÇÃO E DESJUDICIALIZAÇÃO

THIAGO CORTES REZENDE SILVEIRA

SILVEIRA, Thiago Cortes Rezende. **A homologação administrativa do pedido de recuperação extrajudicial como proposta para desburocratização e desjudicialização**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 21 de dezembro de 2020.

Sala virtual na plataforma digital "zoom".

Orientadora: Profa. Dra. Danúbia Patrícia de Paiva

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal demonstrar que a política nacional de desjudicialização e desburocratização do Judiciário estampada no Provimento nº 125/2010 – CNJ, concretiza-se no momento em que medidas legislativas são efetivadas com o intuito de alcançar este fim. Desta forma, assim como ocorreu com o pedido de reconhecimento de usucapião extrajudicial inserido no ordenamento jurídico nacional através da Lei nº 13.105/2015, bem como a possibilidade de realização de inventários, partilhas, separação consensual e divórcio consensual pela via administrativa autorizada pela Lei nº 11.441/2007, acredita-se, analogicamente, imbuído do âmage desjudicializante, que o tabelião de protestos de títulos e documentos de dívidas, após edição de lei competente, poderia ser a autoridade administrativa responsável por homologar o pedido de recuperação extrajudicial, suprimindo assim, a homologação judicial requerida pelo artigo 162 da Lei de Falências (Lei nº 11.101/2005), retirando inúmeros processos do Judiciário. Tal procedimento, dedutivamente aos outros acima citados, iniciaria e se concluiria no âmbito das serventias extrajudiciais de protestos de títulos. Desta forma, a retirada de processos do âmbito do Judiciário torna a justiça mais célere, efetiva e econômica, proporcionando desenvolvimento nacional econômico mais sustentável. Tal iniciativa vai ao encontro do novo cenário político-jurídico fomentado pela política judiciária nacional de tratamento adequado aos conflitos de interesses no âmbito do Judiciário e pelo Provimento nº 72, de 27/07/2018, do mesmo órgão, que dispôs sobre medidas de incentivo à quitação ou à renegociação de dívidas protestadas nos tabelionatos de protestos do Brasil. Para basilar o presente estudo, adotar-se-á o método científico dedutivo, com a análise das leis, doutrinas, artigos científicos, bem como jurisprudências mais recentes a respeito do tema. Como resultado, acredita-se que, da mesma forma que se procederam com a usucapião judicial, a separação e o divórcio judiciais, estendidos agora ao extrajudicial, após elaboração de lei competente, os tabeliões de protestos, agentes públicos dotados de fé pública notarial, condutores da desburocratização e desjudicialização do Judiciário, deveriam poder homologar o pedido de recuperação extrajudicial, ficando a cargo do cidadão utilizar também a via judicial.

**Palavras-chave:** Tabelião. Protestos. Recuperação Extrajudicial. Desjudicialização. Cartórios.

## ABSTRACT

The present study has as main objective to demonstrate that the national policy of judicialization and de-bureaucratization of the Judiciary stamped in Provision nº 125/2010 - CNJ, materializes at the moment when legislative measures are put into effect with the intention of reaching this end. Thus, as with the request for recognition of extrajudicial usucapion inserted in the national legal system through Law No. 13,105 / 2015, as well as the possibility of carrying out inventories, shares, consensual separation and consensual divorce through the administrative route authorized by Law no. 11,441 / 2007, it is believed, analogically, imbued with the detrimental core, that the notary of protests of titles and debt documents, after the issuance of a competent law, could be the administrative authority responsible for ratifying the request for extrajudicial recovery, thus suppressing, the judicial homologation required by article 162 of the Bankruptcy Law (Law No. 11,101 / 2005), removing numerous lawsuits from the Judiciary. Such procedure, deductively from the others mentioned above, would begin and be concluded within the scope of extrajudicial services of securities protests. Thus, the withdrawal of cases from the Judiciary makes justice faster, more effective and more economical, providing more sustainable national economic development. This initiative is in line with the new political-legal scenario fostered by the national judicial policy of adequate treatment of conflicts of interest within the scope of the Judiciary and by Provision No. 72, of 07/27/2018, of the same body, which provided for incentive measures the settlement or renegotiation of debts protested in the protest notaries in Brazil. To base this study, the deductive scientific method will be adopted, with the analysis of laws, doctrines, scientific articles, as well as more recent jurisprudence on the subject. As a result, it will be deduced that, in the same way as with judicial usucapion, judicial separation and divorce, now extended to the extrajudicial, after drafting a competent law, the protest notaries, public agents endowed with notary public faith, drivers of de-bureaucratization and dejudicialization of the Judiciary, should be able to ratify the request for extrajudicial recovery, and it is up to the citizen to also use the judicial route.

**Keywords:** Notary. Protests. Extrajudicial recovery. Judicialization. Notaries.